

O Crescimento do movimento operário e as tarefas da vanguarda

Eurico Mendes¹

1 – RETROSPECTO HISTÓRICO

Na fase inicial de seu processo de formação, o proletariado brasileiro conheceu uma época de radicalismo agudo, que teve o seu auge com a greve geral de 1917. Era a fase do sindicalismo revolucionário, principalmente em sua variante anarquista, que dominava uma vanguarda muito ativa da classe operária, e que, em momentos de crise, conseguiu mobilizar vastos setores do proletariado.

A característica dessa fase é o radicalismo, mas não propriamente como um produto do amadurecimento da experiência política. Correspondia, ao contrário, muito mais à pouca experiência do proletariado nacional e é marcado por todos os "infantilismos" próprios dos movimentos novos. Essa tendência reinante no meio operário fora importada da Europa com uma geração de operários e artesãos vindos principalmente de países do Mediterrâneo, onde o marxismo tinha menor penetração.

De fato, os imigrantes revolucionários representaram, por muito tempo, a parte mais ativa do proletariado. Suas concepções predominantemente adversas à luta política, sua recusa em admitir o papel do partido operário, tiveram como resultado a concentração da vida política nos sindicatos, que às vezes eram altamente politizados e, frequentemente, tomavam funções de partido de massa.

Esse estado de coisas pôde satisfazer as necessidades da luta nessa fase inicial, quando a industrialização era ainda incipiente. Mas, mesmo sem o posterior impacto da revolução russa e do movimento comunista mundial, a classe operária teria procurado novos caminhos, quando se fizeram sentir os efeitos da expansão industrial da Primeira Guerra Mundial e dos anos de após-guerra. O ponto alto dessa primeira fase do movimento operário — a greve geral de 1917 — marcou simultaneamente o início de seu rápido declínio.

Nos anos seguintes observa-se a reorientação da parte mais consciente do movimento operário de vanguarda, que se passa sob o signo da adesão ao comunismo. A formação do primeiro movimento comunista no Brasil foi acompanhada de improvisações. Não havia praticamente no Brasil uma experiência de luta socialista, tal como fora criada nos bons tempos da II Internacional. A passagem do anarquismo e do sindicalismo revolucionário ao comunismo foi direta. O Partido Comunista nascente ainda estava marcado por essa fase anterior. Fundado em 1922, pediu o seu ingresso na Internacional Comunista, no 4º. Congresso, sendo rejeitado o seu pedido por falta de maturidade política e o PCB admitido provisoriamente como "seção simpatizante".

O processo de amadurecimento foi, na melhor das hipóteses, lento. Admitido, finalmente, na I.C., após a morte de Lênin, numa época em que já se sentia o impacto das lutas de facção do Partido soviético no comunismo internacional, o jovem PCB sofreu todas as reviravoltas do movimento comunista mundial, sem ter tido tempo para opor aos esquemas internacionais importados uma concepção de luta própria, adaptada à realidade brasileira. Voltando às fontes do radicalismo — estimulado pelo ultraesquerdismo reinante na IC — desenvolveu a tática estéril do "obreirismo", chegando, com seu sectarismo, rapidamente a um beco sem saída. Só soube superar essa época com um enxerto de elementos pequeno-burgueses radicais no Partido: um grupo de tenentes sob a liderança de Prestes. Estes tomaram a liderança de fato do movimento, criando possibilidades para seu crescimento, mas à custa do caráter de classe do Partido.

Ausente por muito tempo do cenário político, em virtude da derrota de 1935, o PCB voltou à tona e cresceu como partido reformista. Entre 1939, quando os primeiros grupos ilegais começaram a pregar o "apoio à industrialização de Getúlio", a "aliança com a burguesia progressista", oficializada

¹ "Eurico Mendes" foi um dos pseudônimos utilizado por Érico Sachs, também conhecido por "Ernesto Martins", dirigente e principal formulador político da ORM – Política Operária. Mais informações em http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101_Ernesto%20Martins.pdf

pelo Partido em 1945, e a "aliança com a burguesia nacionalista", promulgada em 1958, uma geração de operários industriais foi educada no espírito da colaboração de classe, prolongando-se desse modo, no seio do proletariado, o paternalismo estatal herdado do Estado Novo. Na fase decisiva para a formação do proletariado brasileiro, em que o país passou por uma industrialização sem precedentes, absorvendo em ritmo acelerado uma legião de camponeses e pequeno-burgueses proletarizados, o PCB não estava presente como fator de educação comunista das massas. Estas, por sua vez, lenta, mas seguramente se decepcionaram com a política reformista do Partido, o que não pôde deixar de repercutir nas próprias bases do organismo. As lutas de facção e as cisões sucessivas no Partido são um indício de que a fase do predomínio reformista, sob rótulo comunista, no movimento operário, está chegando ao fim. Todavia não se armaram ainda as forças para preencher o vácuo.

O problema da criação de um movimento operário comunista no Brasil continua na ordem do dia, embora as condições objetivas — o desenvolvimento do país e a experiência de 40 anos de luta — criassem premissas incomparavelmente mais favoráveis para isso do que as reinantes em 1922.

2 — INDEPENDÊNCIA DA CLASSE OPERÁRIA

A condição fundamental para o surgimento de um movimento operário comunista de massas no país, é a conquista da independência ideológica e política do proletariado brasileiro.

Marx tratava o proletariado como classe "em si" e como classe "para si". Como classe "em si" entendia o proletariado já formado no processo econômico capitalista, mas que ainda não tomou consciência do seu papel social e ainda segue, politicamente, a classe dominante. O proletariado torna-se classe "para si" na medida em que cria seus organismos econômicos e políticos próprios, opostos à classe dominante; e começa a levantar reivindicações próprias em escala nacional, que desafiam toda a superestrutura da sociedade. Em outras palavras: na medida em que adquire consciência de classe. Para o nosso proletariado, esse processo está em pleno curso, mas sofreu considerável atraso, justamente pelo reformismo reinante nas últimas décadas.

Para o proletariado brasileiro, nas condições concretas em que se formou, o reformismo teve um papel diferente daquele tradicional surgido nos países industrializados mais antigos. Na Europa, por exemplo, o reformismo afirmou-se após uma fase de intensas lutas, lideradas ainda por partidos socialistas revolucionários, durante a qual se formara uma classe operária politicamente definida e independente. Como resultado, o proletariado francês, ou italiano, ou mesmo inglês, conservou a sua noção de classe, adquirida também, quando se limitava a lutas pela simples melhoria da sua situação dentro dos quadros da sociedade burguesa e essa é a essência do reformismo. Naqueles países, o proletariado nunca votará num candidato burguês (a não ser que o partido reformista mande), não fornece mais o campo de ação para movimentos populistas, e distingue nitidamente entre forças operárias e burguesas, pelo menos no sentido político. As tradições das lutas do passado criaram a classe "para si", que sobrevive, apesar do reformismo. O mesmo não se pode dizer no nosso caso.

O nosso proletariado, em parte, não teve tempo suficiente para criar essas tradições próprias. E uma das principais causas disso foi a política reformista que o manteve sistematicamente a reboque da classe dominante, de "apoios" e de "colaborações", política que, no Brasil, só pôde ser realizada à custa dos interesses mais elementares de classe, mesmo dentro do quadro da sociedade burguesa. O resultado é que o populismo, isto é, a liderança burguesa, dominou por muito tempo as massas de trabalhadores e ainda representa um perigo agudo.

Por outro lado, não queremos levar longe demais a comparação com o reformismo europeu. As condições econômicas reinantes em um país subdesenvolvido como o Brasil, oferecem maiores possibilidades de combate a qualquer forma de reformismo. A premissa para isso, todavia, é que seja realizado no seio do proletariado brasileiro — e em prazo curto — persistente trabalho ideológico, que acompanhando as lutas parciais, desperte e forme a consciência de classe. Sem isso o proletariado não se tomará classe "para si" e continuará sendo massa de manobra para as diversas facções da burguesia.

3 — CLASSE E PARTIDO

O partido operário de massa já supõe a existência de um proletariado politicamente emancipado da tutela burguesa. Por outro lado, essa independência não vem espontaneamente, sendo, por sua vez, produto da atuação constante de uma vanguarda, que cresce qualitativamente e quantitativamente como setor mais consciente da classe.

Os marxistas sempre tiveram uma noção clara do fato de que a consciência socialista das massas não surge espontaneamente. Ela é trazida de fora para dentro à classe operária. As divergências históricas sobre a correlação entre organização e movimento espontâneo, por exemplo, entre Lênin e Luxemburgo, não devem fazer esquecer que ambos avaliavam, na prática, do mesmo modo a importância da educação socialista sistemática e diária das massas proletárias. Foi Lênin quem formulou mais claramente, em princípio, o papel do partido proletário.

A história de mais de um século de movimento revolucionário mostra que o surgimento dos partidos operários foi produto da fusão das teorias revolucionárias, isto é: do marxismo, com o movimento operário já existente. Foi desse modo que, após três décadas de propagação das teorias de Marx e Engels, se formaram os primeiros partidos proletários na Europa Ocidental e Central. Foi de modo semelhante que, na Rússia, após intensas lutas ideológicas no seio das vanguardas revolucionárias, o marxismo se impôs, permitindo a mobilização do proletariado russo, sob as formas específicas que a luta contra o tzarismo exigiu. O ponto crítico neste processo é justamente o momento em que a vanguarda está, de fato, em condições de oferecer soluções à luta diária do proletariado e em que o movimento operário começa a dar ouvidos aos revolucionários que vêm de fora. A face do partido nascente será determinada pelos dois fatores que contribuem primordialmente para a sua formação: pelo nível da vanguarda teórica, que geralmente se constitui de intelectuais revolucionários, estudantes e operários já politizados, e pelas tradições de luta que a massa operária já criou.

Os marxistas, portanto, não criam simplesmente o partido; quanto mais alto, porém, o seu nível, — isto é, seu conhecimento das leis da luta de classes — tanto maior será o potencial de luta de todo o futuro partido. O movimento operário tradicional, por sua vez, não poderá ser simplesmente absorvido. Sua aceitação das teorias marxistas revolucionárias e das conclusões práticas decorrentes importa num processo de transformação qualitativa, que não se dá sem lutas internas; mas, como se trata de um processo dialético, os elementos de negação são reencontrados em nível mais alto. Por isso, o partido marxista francês tinha de ser diferente do alemão, e o alemão diferente do russo.

Pois, antes dos marxistas franceses, alemães e russos surgirem no cenário, os operários daqueles países já haviam desenvolvido formas de luta próprias. Esta é a razão pela qual qualquer tentativa de imitar ou transpor mecanicamente as formas organizatórias de movimento de um país para outro, sem adaptá-las às condições concretas, sem reconhecer a diferenciação dentro da unidade revolucionária, estava fadada ao insucesso. O que tornou os marxistas uma força material, nos diversos países, foi sua capacidade de lidar com seu proletariado.

4 — QUAL É O NOSSO PAPEL?

A Organização Revolucionária Marxista POLÍTICA OPERÁRIA formou-se para preencher a lacuna da falta de uma vanguarda marxista entre nós, propondo-se, como tarefa fundamental, a formação de um partido revolucionário marxista, nos termos expostos acima, como premissa da revolução socialista no País. Mas o que antes era uma posição de princípios, em torno da qual agrupamos as primeiras forças, já se torna hoje uma tarefa. Enfrentamos agora o problema prático da penetração orgânica na classe operária. E se coloca, então, o problema da mobilização de todas as forças que possam influir diretamente no desenrolar da luta do nosso proletariado, em escala nacional, como condição do surgimento de um partido revolucionário no País.

Nos dois anos que se passaram, desde a fundação da organização, algumas mudanças decisivas se deram no panorama político. Em primeiro lugar, as concepções revolucionárias, defendidas antes unicamente por nós, expandiram-se nas esquerdas. Produziu a cisão do PC, com a formação do PC do Brasil. Tivemos a experiência do MRT, que, sem dúvida, radicalizou a Esquerda e que, com a cisão, contribuiu para seu amadurecimento. Apesar de que essas e outras forças revolucionárias existentes não chegaram, como nós, a elaborar uma concepção de luta, estão dispostas, em princípio, a um trabalho em escala maior, que vise a soluções revolucionárias para os problemas do País. As discussões que com elas mantemos já se desenrolam em torno dessas soluções revolucionárias.

Em segundo lugar, o movimento operário, especialmente o sindical, não ficou parado. As lutas tomaram um caráter nacional, fundaram-se novas Federações e Confederações sindicais, e o Comando Geral dos Trabalhadores é, sem dúvida, passo decisivo para a formação da Central Sindical. Houve lutas econômicas e políticas intensas, que culminaram em diversas tentativas de greves gerais, as quais, com suas experiências, tanto positivas quanto negativas, contribuíram decisivamente para o amadurecimento de movimento operário em geral.

Um terceiro elemento a considerar é o aguçamento progressivo e geral dos antagonismos de classe, que se deve a: 1) à crise econômica que a burguesia tenta enfrentar e que restringe a sua margem para manobras populistas; 2) ao surgimento de uma República Socialista no Hemisfério, que contribui decisivamente para a polarização das forças sociais e políticas no país.

A questão que se coloca é, portanto, a de saber de que modo podemos, nestas circunstâncias e considerando realisticamente as relações de forças, influir de fato na luta de classe em futuro imediato. Parece que devemos nos concentrar em:

— elaborar um programa de ação que vá ao encontro das aspirações das massas operárias, que se estão movimentando, mas que dê, simultaneamente, rumos definidos à sua luta, no sentido de quebrar, de uma vez por todas, a tutela que a burguesia exerce sobre o proletariado e os sindicatos;

— procurar elaborar uma plataforma mínima, que una as forças revolucionárias em potencial, para uma atuação coordenada, em torno de uma Frente, com fisionomia política própria;

— concentrar o nosso esforço e de nossos aliados nos setores decisivos do movimento operário, isto é, naqueles cuja atividade repercute no proletariado inteiro;

— levar as posições e reivindicações da luta revolucionária sistematicamente às bases do movimento operário organizado sob a bandeira reformista, procurando a sua adesão, mesmo em escala local ou em ações parciais;

— fazer dessas lutas, em todas as suas formas, um veículo da propagação das concepções marxistas nas massas.

O problema imediato é saber quais são os recursos mais importantes que a burguesia tem para tutelar o movimento operário. Quais são as praças fortes maduras para caírem?

5 — A LUTA PELA LIBERDADE SINDICAL

Caracteriza bem nossa vida sindical o fato de, no momento que nos aproximamos da fase decisiva da luta pelo reconhecimento de uma Central Sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores apresentar uma lista de mais de uma dúzia de reivindicações — como sugestão a uma reforma da Consolidação das Leis do Trabalho, — que vai da "representação classista nos órgãos da Justiça do Trabalho" a "férias de trinta dias", mas que não toca no problema da legislação sindical propriamente dita, na questão do domínio das associações de classe pelo Ministério do Trabalho, na questão da liberdade sindical.

Apesar de se ouvir falar muito dela, a luta pela liberdade sindical não foi iniciada, ainda, no Brasil. Vamos além: a maior parte dos nossos operários industriais e dos quadros sindicais nem se colocaram ainda o problema da libertação dos seus sindicatos do controle e do domínio do Estado burguês, confiados ao Ministério do Trabalho.

A situação sindical reflete a situação geral do nosso proletariado. Há vinte e cinco anos está em vigor uma legislação sindical, inspirada na célebre "Carta di Lavoro" fascista. Muitas águas correram para o mar neste quarto de século. O Estado Novo desmoronou, em virtude da derrota do fascismo europeu. Tivemos a democratização, a moralização e o desenvolvimentismo. Tivemos golpes e contragolpes, presidencialismo, parlamentarismo e um novo presidencialismo, adaptado às necessidades da burguesia no poder. Mas apesar de todas as brigas de facções da classe dominante, ela está de acordo sobre um assunto: o da conservação das amarras da vida sindical que o Estado Novo deixou.

O proletariado brasileiro, que cresceu justamente nesta fase, não conhece mais a experiência do sindicalismo livre. Essa falta de experiência determina a sua conduta. A imensa maioria fica indiferente à vida sindical, por esta não apelar ao seu instinto de classe. Uma mui pequena minoria, que tem vida sindical e que frequenta assembleias e sindicatos, deseja de fato mais liberdade nas decisões dos seus órgãos de classe, mas, na prática, não se movimentou para consegui-la. Também para ela, esse sindicalismo, de certo modo, é tido como "normal" e o terreno de luta, tal como é oferecido pelo Ministério, é aceito.

Nestas condições, somente uma vanguarda vinda de fora pode iniciar a batalha. Somente uma denúncia sistemática e persistente do mal pela raiz fará com que se forme a consciência do anacronismo da atual situação sindical e com que a luta pela liberdade sindical tome rumos concretos. Para isso, todavia, é necessário que se rompa radicalmente com a tradição adotada pela esquerda política, que, desde 1945, limita a tentar conquistar as cúpulas sindicais, porque todo

ataque à estrutura sindical ofenderia os "aliados" burgueses. É necessário que se mobilizem as massas e que se dirija a ofensiva justamente contra aqueles recursos jurídicos e materiais que a burguesia tem a seu dispor para sufocar a vida sindical. Trata-se, fundamentalmente, de uma luta pela abolição do Fundo Sindical; dos controles financeiros exercidos pelo Ministério através do Banco do Brasil; dos diversos órgãos ministeriais principalmente da Comissão de Enquadramento; do Estatuto Padrão, e, finalmente, de todas as faculdades do Ministério de reconhecimento, de dissolução e de intervenção nos organismos sindicais.

É claro que semelhante luta só poderá ser travada contra o Ministério do Trabalho. Ela implica no abandono da cooperação com o Ministério e da política da "conquista de posições" nos diversos Departamentos. Em troca, exige e permite a mobilização das bases sindicais e das massas operárias numa campanha classista. Para o nosso proletariado, essa luta é indispensável ao despertar da sua consciência de classe. Ela coloca praticamente o problema das relações com o Estado burguês, coloca a luta em termos de classe contra classe e forma noção da política operária, oposta a todas as formas de política burguesa. A luta pelo direito livre de associação e coligação das massas proletárias representa uma fase primária mas indispensável, da formação de uma classe operária independente.

6 – UMA EXPERIÊNCIA FALHA

Em âmbito local, principalmente em São Paulo, alguns setores "renovadores" do movimento operário tentaram colocar a questão da liberdade sindical em termos de luta contra o imposto sindical. A experiência foi suspeita. Contou certamente, com a participação de militantes bem intencionados, mas a campanha parou, finalmente, nas mãos dos chamados "sindicatos democráticos" e de associações operárias controladas por padres, que são corpos tão estranhos à vida sindical operária como os próprios agentes do Ministério do Trabalho. O caráter do movimento tornou-se evidente quando seus autores apelaram para o então presidente Jânio Quadros e seu Ministro do Trabalho Castro Neves para abolir o Imposto — no que foram bem recebidos em princípio. (Jânio usaria em seguida esse "pedido" como ameaça contra os sindicatos que se opuseram à sua política econômica).

Um movimento que visa à mera abolição do Imposto Sindical, sem tocar nas demais instituições com as quais o Ministério do Trabalho amarra o sindicalismo, evidentemente não luta ainda pela liberdade sindical. Mas esta não é a única razão pela qual nos opomos a iniciar a luta por esse lado. Há o problema da situação objetiva do nosso proletariado e das possibilidades concretas de movimentá-lo para uma luta consciente.

A campanha contra o imposto, encontra, sem dúvida, repercussão e isto pelo simples fato de o desconto de um dia de trabalho por ano, provocar o descontentamento da imensa maioria dos trabalhadores. Trata-se, porém, do descontentamento de uma imensa massa amorfa, que, em sua grande maioria, está fora de qualquer organização operária. Se pudéssemos dirigir-nos diretamente a essa massa, organizá-la e liderá-la na luta, tal campanha teria razão de ser. A vanguarda revolucionária, todavia, não dispõe ainda desses recursos. Para levar essa massa à luta, para liderá-la e organizá-la é indispensável a atuação militante ativa das bases e dos quadros médios sindicais. E estes, em sua grande maioria, hesitam em tocar no problema do Imposto enquanto não existir uma Central Sindical, que tenha possibilidades e recursos financeiros para sustentar sindicatos mais fracos. Não podemos ter interesse em erguer entre nós e essas forças sindicais uma barreira sobre assunto que não compensa. Pois o Imposto, em última instância, não é a causa e sim efeito da situação sindical. Com sindicatos livres dos controles financeiros e demais tutelas do Ministério, a própria burguesia se apressará em aboli-lo. Ela não costuma financiar a nossa luta de classe.

7 – CHEGOU A HORA DOS COMITÊS DE EMPRESA

Na literatura de esquerda, surge, ultimamente, a palavra de ordem da formação de Comitês de Empresa. Em algumas indústrias, semelhantes órgãos existem até, no papel, como reminiscência de lutas passadas. É chegada a hora de enfrentar o problema.

O que é o Comitê de Empresa? É um órgão de representação dos operários formado no próprio local de trabalho. Poder-se-ia objetar, então, que, para isso, há os representantes sindicais. Mas estes só falam em nome dos operários organizados, enquanto que o Comitê de Empresa deve representar tanto os operários organizados, quanto os não organizados. Este, o traço mais importante do Comitê. No nosso caso, onde apenas uma minoria participa de fato da vida sindical, isso é de extrema importância.

O Comitê não se chocará, então, com a função do representante sindical na empresa? Não, pois representa o complemento necessário a uma ação sindical eficiente nos lugares de trabalho. É a organização das bases operárias nas fábricas, em torno das reivindicações mais imediatas, que dará aos sindicatos a força material para enfrentar o poder dos patrões, do Ministério e para empreender a luta pela sua liberdade e autonomia. É a luta latente e diária por melhores condições de trabalho, pelo cumprimento das leis trabalhistas no local de trabalho, em tomo da contabilidade do trabalho por peças, e inúmeros outros problemas. Isto representa uma escola para novos quadros sindicais e a fonte de novos recrutamentos.

Qualquer instituição nova — e para a maioria dos nossos operários ela é nova — tem de encontrar o seu lugar no panorama geral da luta de classe. Há indícios, e o surgimento dos primeiros Comitês fará aumentar essa tendência, de que o novo órgão é tomado como um substituto ou uma alternativa aos sindicatos, que decepcionam atualmente, e não faltarão tentativas de jogar os Comitês contra os sindicatos. Semelhante atitude seria, todavia, contraproducente. Constitui completa ilusão querer pensar que se poderá formar uma rede nacional de Comitês, que abrangerá praticamente o proletariado industrial, como classe, sem uma coordenação que só os sindicatos poderão fornecer. Não há dúvida de que o mero surgimento dos Comitês dará novo caráter às atividades sindicais e obrigará os sindicatos a tomar conhecimento de uma série de problemas, que atualmente preferem ignorar. Não há dúvida, também, que surgirão lutas intensas entre Comitês e direções sindicais que procurem continuar na velha rotina. Mas, nestes casos, a luta será em torno de uma determinada política sindical e não contra a instituição do sindicalismo em si.

Como formar os Comitês? Antes de tudo, impõe-se uma campanha de agitação. A noção da representação operária no local de trabalho tem de ser levadas às massas. Isto resultará, provavelmente, nas primeiras tentativas práticas. Como instituição, porém, os Comitês se imporão em fases de luta aberta, como greves, etc. O caminho mais prático no início será a transformação de Comitês de greve em Comitês de Empresa permanentes e oficializados, com a representação de operários sindicalizados e não sindicalizados que se destacaram no decorrer do conflito. Uma vez instalados nas indústrias-chave, a expansão dos Comitês pelo país virá forçosamente.

Entre as indústrias mais maduras para a formação de Comitês, há as empresas nacionalizadas e aquelas que estão para ser nacionalizadas. É justamente nestas indústrias que o papel dos Comitês é mais destacado, pois levantarão o problema da cogestão operária.

A forma concreta, que os Comitês tomarão entre nós somente a própria luta pode indicar. Convém ter em mente, entretanto, que os Comitês em si não fazem milagres e não representam um remédio para todos os males. Refletirão sempre o estado de espírito de toda a classe, mas sua mera existência facilitará sensivelmente a mobilização dos recursos da classe operária. Isso todavia não dependerá somente dos Comitês, mas igualmente do partido político operário.

8 — A LUTA CONTRA A CARESTIA

A luta contra a carestia e, concretamente, o modo como será travada esta luta, representam ainda o ABC de todo o esforço de mobilização e organização das massas proletárias.

Essa luta não é de hoje, pois vem sendo travada esporadicamente há tempos. A experiência nos mostra que o reformismo, com seus métodos particulares — e que se limita justamente a querer melhorar a situação do proletariado dentro da sociedade burguesa — não consegue mais defender o nível de vida da classe operária. Logrou êxitos, até certo grau, enquanto a economia passava por uma fase de expansão e de relativa prosperidade. Iniciado o ciclo da crise, o reformismo revela-se impotente para sustentar as posições. O resultado é a decepção das massas, que começam a dar ouvidos a demagogos burgueses, arautos de uma salvação a curto prazo.

Passamos por essa experiência. Basta rever os resultados das eleições presidenciais de 1960 nos bairros operários, para avaliar o grau de desgaste a que a esquerda havia chegado. Hoje, nota-se certa recuperação do movimento operário. Deve-se isto, em parte, a novas experiências políticas. Desde 1960, muitas ilusões dissiparam-se e continuam a dissipar-se. O "desenvolvimentismo" e o nacionalismo, ligados estreitamente às concepções reformistas, perdem a sua atração. O Governo Jânio e as lutas subsequentes contribuíram para estabelecer a autoconfiança dos organismos operários. Mas o que mais contribui para intensificar as lutas sociais é o ritmo crescente com que a burguesia atenta contra os salários reais. Esta política da classe dominante (que encontra justificativa no Plano Trienal) faz com que os métodos reformistas percam terreno e suscita uma disposição de luta das massas operárias em novas bases.

O passo decisivo, entretanto, ainda não foi dado. A cúpula reformista faz, hoje, concessões ao espírito mais combativo das bases. Mas concessões somente não resolvem o problema. Se não se imprimir uma nova orientação à luta operária, o resultado será uma futura decepção, mais ainda que a sofrida no passado.

A questão cardial, a do sentido e da orientação da luta, ainda não foi levantada. Apesar de todas as concessões feitas pelos reformistas, que dominam o movimento operário, não foi mudada a sua posição de princípio, isto é, não se abandonou a estratégia da mera luta por melhorias no quadro da sociedade burguesa, pois é isto que lhes permite prosseguir nas suas "alianças" e "apoios" às facções da classe dominante. E justamente para isso a situação é a mais desfavorável possível. Basta olhar os índices da conjuntura econômica do ano passado, que revelam uma estagnação. A questão, agora, é desenvolver um desesperado esforço para salvaguardar o mais possível o já precário nível de vida do proletariado.

A burguesia, como classe, não tem outra escolha do que procurar garantir a sua parte no bolo da renda nacional à custa dos assalariados. Qualquer facção da burguesia no poder agirá dessa maneira. Sinal disso é o fato de Jango praticar a mesma política econômica preconizada por Jânio. Trata-se, pois de uma luta de classe contra classe, e como tal tem que ser compreendida pelo proletariado. Essa luta adquire sentido justamente quando o proletariado começa a compreender que a sociedade capitalista não garante e não pode garantir, indefinidamente o seu nível de vida; quando as lutas defensivas em torno dos salários reais se tornam o ponto de partida para a mobilização ideológica e organizatória da classe operária contra a sociedade capitalista em si; quando, no decorrer desta luta, o proletariado cria e consolida os seus órgãos de classe independentes, que o tornam capaz de liderar as demais classes exploradas. O que é decisivo, nessa luta, não são tanto as conquistas materiais mas a tomada da consciência do proletariado da sua força na sociedade, o desencadear das energias e das iniciativas dos operários e a aceitação da perspectiva pelas massas de uma solução do problema social, mediante a ofensiva final contra a sociedade exploradora.

9 — PELA HEGEMONIA DO PROLETARIADO

Foi o desenvolvimento das condições objetivas que criou as premissas para um papel mais consequente do proletariado na política nacional. Há tempos, o processo da industrialização contribuiu para isso, mas os antagonismos de classe se aguçam radicalmente quando aumentam as tendências da estagnação econômica e a ameaça da crise cíclica. Os contrastes se tornaram mais nítidos, ainda, com a revolução cubana e suas consequências, que se fazem sentir em todo o Hemisfério: o aguçamento progressivo da luta contra o imperialismo.

A industrialização criou o proletariado moderno no país mas, de certo modo, favoreceu as tendências reformistas. A quase contínua expansão econômica que o País conheceu da guerra até pouco, garantiu um certo nível de vida ao proletariado, que, embora baixo, já representou sensível melhoria para centenas de milhares de camponeses e outras camadas integradas à produção industrial.

Hoje, a sociedade brasileira está colhendo os outros frutos da industrialização capitalista. A queda da expansão da produção capitalista no mundo inteiro e a crise no mercado mundial repercutirão mais pesadamente sobre os elos mais fracos do sistema: os recém-industrializados países subdesenvolvidos. Estes, ao lado dos problemas já conhecidos do atraso social, conhecerão as conquistas modernas da política de estabilização de salários, da superprodução e do desemprego industrial.

A revolução cubana criou uma alternativa. Não é a primeira deste gênero, mas é mais concreta e mais palpável para as nossas massas operárias. Trata-se de uma revolução socialista, que se deu num país subdesenvolvido, e, ainda mais, num país latino-americano. Não é fácil para as massas inteirar-se do caráter socialista da revolução — os nossos reformistas ainda preferem falar da revolução "nacionalista" cubana — mas, na medida em que o proletariado compreende o caráter de classe do novo regime, simultaneamente se aprofunda a sua própria consciência de classe.

Todos esses fatores contribuem para colocar em termos muito mais claros a luta contra o imperialismo. A burguesia nacional entrou na fase dos entendimentos abertos com os norte-americanos. Jango concorda com que Lacerda proíba o Congresso de Solidariedade a Cuba. San Tiago, o candidato do "Governo nacionalista e democrático", pelo qual os reformistas pretendiam, há pouco ainda, uma greve geral, torna-se executor do neo-entreguismo. Como latente força de solidariedade a Cuba, como futuro e único oponente do sistema imperialista, só resta o proletariado da cidade e do campo, entre as classes da sociedade brasileira.

Esta situação de fato não só criou as premissas, como tornou imperativo um papel mais ativo, mais consequente da classe operária. Tal papel depende, porém, da consciência que o proletariado é capaz de desenvolver e, por isto mesmo, não virá sozinho, não virá espontaneamente. Espontaneamente só surge a necessidade e a disposição de luta. A orientação e a direção da luta travada dependem das instituições políticas da classe operária, isto é, concretamente, dos comunistas no sentido mais amplo.

O movimento comunista no Brasil se divide em Partidos, grupos e correntes não organizadas. Se deixarmos duas tendências principais: os reformistas, que representam a linha oficial, e a oposição já rompida com o partido oficial ou em franca rebelião nas suas fileiras. O que a oposição, em seus diversos matizes, tem em comum, é o fato de exigir soluções revolucionárias na luta de classe.

Os reformistas dominam ainda o movimento operário. Esse domínio não foi conseguido porque tenham dado à classe operária uma educação socialista, — qualquer tentativa nesse sentido foi por eles rejeitada como "sectária" — mas sim porque se adaptaram sistematicamente às necessidades de uma política burguesa. Foi justamente a sociedade burguesa que lhes assegurou durante anos a tolerância do estado burguês e do Ministério do Trabalho. Sua função mais importante, nessa fase, era assegurar a cooperação das massas para o desenvolvimento burguês e mobilizá-las para o apoio a uma das facções da classe dominante. Tal política teve seu primeiro revés grave com a eleição de Jânio, que criou para a burguesia uma base de massa livre do ônus do esquerdismo. As lições dessa experiência não foram tiradas pela maioria do Partido. Abdicado Jânio, o PCB voltou ao esquema nacionalista e democrático. Presentemente assistimos a uma repetição dos acontecimentos em moldes um pouco diferentes. A situação interna e externa do país obriga a burguesia "nacionalista" a se descartar novamente do aliado da esquerda. Jango tenta criar sua própria base alijando o PC. O discurso de Marília indicou os rumos. A política do partido oficial chegou, agora, a um beco sem saída. Para sair daí teria de deixar de ser reformista.

Os revolucionários, que se agruparam em oposição ao reformismo da liderança do partido, se distanciam hoje de todas as palavras de ordem burguesas, como nacionalismo, desenvolvimentismo, da aplicação da "coexistência pacífica" à política interna, e apelam para soluções de luta. Voltam assim, às fontes do marxismo-leninismo, no que diz respeito aos objetivos de luta, na medida em que colocam o problema da tomada do poder por meios revolucionários. Mas, para a maioria deles, com essa colocação do problema, ficam esgotadas as possibilidades da aplicação do marxismo-leninismo às condições concretas do país. O que não colocam, e nisto justamente consiste o fundamental, para nós como movimento político, é o problema de uma estratégia e de uma tática na luta diária, isto é, a preparação da revolução, ou, concretamente, a preparação da classe que terá de liderar esta revolução: o proletariado brasileiro. No fundo, também a nova esquerda revolucionária não sabe ainda o que fazer com o exército de operários industriais como fator revolucionário na luta de classe.

Esse vácuo é preenchido pelo que podemos chamar de "oportunismo da esquerda" e que se manifesta por uma fuga dos problemas reais que o movimento comunista terá de enfrentar. Espera-se a revolução no campo, ou a revolta das "massas desesperadas", mas desorganizadas, cuja única arma é a depredação, mas em todo caso espera-se a revolução, em vez de tornar possível a sua vitória.

Argumenta-se que, entre nós, e na América Latina, as coisas se passarão de um modo "diferente", que Cuba já ensinou muitas coisas novas, etc. Dificilmente saberão, ou tentarão pelo menos definir, em que consistem as lições novas e a situação diferente do país. Pois esse gênero de análises não se baseia num método marxista, nem representa um enriquecimento para ele, e sim, em meros desejos subjetivos, acima de fatores reais, velhos e novos. Não é de admirar se muitos desses elementos "radicais" voltarem a uma política reformista na prática quando as suas esperanças a curto prazo sofrerem decepções.

Como marxista-leninistas partimos da premissa — e este é o ponto de vista da Política Operária — de que a revolução é feita pela classe explorada que ocupa posição chave do processo de produção. Isto, nenhuma experiência prática, da revolução russa até a cubana, desmentiu até agora. Nas condições concretas do Brasil, onde o setor industrial já supera de longe o agrário, no produto nacional — mesmo sem levar em conta os transportes e os chamados serviços — onde já existe um proletariado de mais de 3 milhões de cabeças, é simplesmente utópico e reacionário pensar que se pode querer uma revolução sem a participação e liderança decisiva do proletariado industrial. Uma análise marxista das condições sociais do País mostra que, independentemente de como será desencadeada, na cidade ou no campo, a Revolução Socialista no Brasil será uma revolução operária, ou ela deixará de ser socialista, — e nesse caso ela acabará não sendo revolução.

10 — O PROBLEMA IMEDIATO

A nova situação do País, que se caracteriza por um inédito aguçamento das lutas de classe, exige a elaboração de uma estratégia e de uma tática que vise à mobilização do proletariado na política nacional e da conquista de sua hegemonia de fato, para torná-lo capaz de liderar as massas camponesas e da pequena burguesia radicalizada na cidade.

Isso só poderá ser feito abandonando definitivamente todos os esquemas abertos ou velados de colaboração de classe com a burguesia, que sacrificaram sistematicamente os interesses do proletariado.

Isso só poderá ser feito com a presença constante e enraizada dos elementos revolucionários, organizados e coordenados, nas lutas operárias, seja nas fábricas, nos sindicatos, na CGT, ou nas manifestações em praça pública.

Isso só poderá ser feito se vencermos a fase das improvisações, da política empírica de dia à dia, das frases pequeno-burguesas e populistas, que ainda infestam o raciocínio e a argumentação das esquerdas; se soubermos tornar toda luta parcial em uma lição de educação socialista das massas, se ensinarmos o proletariado a pensar em termos de classe e a agir em termos de uma política de classe. O marxismo não é nenhuma ciência oculta. Ligado à realidade e divulgado em linguagem acessível, ele penetra nas massas e as transforma na força material que desafia o sistema explorador, transforma a própria classe operária, desperta seu dinamismo e capacidade de luta, forma os quadros de agitação, de propaganda e organização no seio do proletariado, que são uma condição indispensável para o surgimento do partido revolucionário das massas trabalhadoras.

No fundo, trata-se para nós de vencer a fase do subdesenvolvimento político do movimento operário, que reflete estágios sociais ultrapassados da sociedade brasileira. Mas só venceremos na medida em que superarmos nosso atraso como vanguarda marxista-leninista.

(Publicado na Revista Política Operária Nº 6, meados de 1963).